



CONTRA PUNTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SANTOS

Ponto de partida. Apesar de ainda não ter sido publicado no Diário Oficial do município, a Secretaria de Comunicação de Santos já anunciou que a cidade deverá suspender os pontos facultativos do carnaval nos próximos dias. A novidade começou durante a primeira sessão ordinária do ano da Câmara dos Vereadores.

Legislativo. O vereador Benedito Furtado (PSB) apresentou uma indicação ao prefeito Rogério Santos solicitando o cancelamento do ponto facultativo de carnaval nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, nas repartições e serviços públicos. De acordo com o parlamentar, a ideia é que o município cumpra a determinação do governador do Estado, João Dória, que recentemente anunciou a medida em todo estado. Porém, as prefeituras têm a prerrogativa de conceder ou não ponto facultativo nos dias de Carnaval aos serviços municipais.

Na vanguarda. A capital foi a primeira cidade a adotar a medida. O objetivo é manter sob controle a expansão da pandemia, conforme orientação do Centro de Contingência do coronavírus.

Enquanto isso, na vizinhança! A Câmara Municipal de Itanhaém aprovou na segunda-feira (1º), durante a primeira sessão ordinária da nova legislatura, o projeto de Lei Complementar que determina o reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. O vencimento segue o piso profissional nacional. A confirmação veio através da terceira sessão extraordinária da 18ª Legislatura, que aconteceu na mesma noite.

Na sequência. Na oportunidade, os parlamentares apresentaram ainda 46 indicações, 13 requerimentos, nomearam as lideranças partidárias, e oficializaram as dez comissões permanentes. As comissões permanentes são instrumentos legislativos previstos no Regime Interno, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da atuação do Poder Executivo nas mais diversas áreas.

Para encerrar. Outro destaque da sessão foi a apresentação do novo líder de Governo, na Câmara, o vereador Wilson Rh, que na ocasião leu uma mensagem de abertura do ano legislativo, enviada pelo prefeito Tiago Cervantes.

Agradecimento. Esta coluna gostaria, aliás, de enviar uma mensagem de muito obrigado a Almir Manoel, morador da Pompeia, que enviou um e-mail para comentar sobre a coluna da última terça-feira (2). É sempre bom ter retorno de nossos leitores. Uma ótima quinta-feira (4) para o 'seu' Almir e todos que nos acompanham. Forte abraço!

EM SP. Padre Júlio Lancelotti postou fotos quebrando as pedras a marretadas

Pedras sob viaduto causam indignação

» A colocação de pedras sob o Viaduto Paulo Gomes Barbosa (da entrada de Santos) para impedir que pessoas em situação de rua se instalem no local – iniciativa igual à da Prefeitura de São Paulo – causou indignação de alguns formadores de opinião e a Prefeitura alega que é para evitar permanência e trânsito de pedestres e infrações de trânsito no local.

"A questão social está cada vez pior é um grande desafio. Não temos políticas públicas e sociais eficientes. Acredito que essas pedras não fazem grande diferença no macro mas, se realmente a intenção foi apenas impedir que pessoas se abriguem ali, realmente é cruel e fere todos os princípios de Direitos Humanos em uma cidade que se diz acolhedora", diz a advogada Leticia Giribelo.

O advogado e ativista em Direitos Humanos Rui Elizeu de Matos Pereira afirma que a medida faz com que a edificação se torne um triste monumento ao higienismo. Os argumentos da Prefeitura "são risíveis, pois admite que sua responsabilidade está sendo realizada por pedras. Mostra a incapacidade de amparar os moradores de rua, preferindo expulsá-los de local que os proteja ao menos de uma forte chuva, de ventos e do frio".

O arquiteto urbanista Rafael Ambrósio acredita que "é de uma desumanidade brutal. Além de não desenvolver qualquer política de assistência social efetiva para lidar com o problema, ações como essa visam apenas tirar das vistas um problema que nossa sociedade só enxerga quando ocupam espaços nobres das cidades".

SEM NOVIDADE.

Doutor em Planejamento Ur-

bano, professor e pesquisador, José Marques Carriço diz que essa estratégia não é nova em Santos em que há bancos de praça em formato irregular para evitar que a pessoa deite. "É uma forma de afastar a pobreza dos olhos. Nossa sociedade gera pobreza de forma estrutural ao mesmo tempo se incomoda e se culpa. Então, a ideia é tornar a miséria invisível. O poder público deveria eliminar a miséria e não os miseráveis", dispara.

O cientista político Rafael Moreira confirma que a atitude não é nova nem na Capital. "No entanto, a imprensa e as redes sociais estão atentas. Também não é restrita ao poder público. Proprietários de imóveis costumam colocar lanças e outros obstáculos. A desigualdade vem crescendo e as redes de assistência social não estão dando conta de dar tratamento humanizado. É triste e não tenho dúvida que muitas pessoas ainda apoiam esse tipo de medida. Ninguém quer resolver o problema, apenas tirá-lo do raio de visão".

O professor guarujaense Valter Batista garante que políticas sociais não dialogam o desenvolvimento urbano. "O que deveria ser compreendido como uma forma de resistência, tentativa de sobreviver, se transforma em algo a ser exterminado. O próprio termo moradores de rua carrega uma simbologia eugenista e naturalizante. Ninguém mora senão em uma moradia. Rua não é casa, assim como não o são os viadutos. A questão é que não há políticas públicas. Tirá-los debaixo das pontes seria torná-los ainda mais invisíveis", acredita o educador.

O advogado vicentino Flávio Viana afirma que a 'arquitetura da exclusão' fere a dignidade do ser humano. "É uma forma de apartheid. Vejo



Colocação de pedras sob viaduto santista é vista como atitude higienista, desumana e impensável na "terra da caridade e liberdade"



Padre Júlio Lancelotti: "Indignação diante da opressão. Marretada nas pedras da injustiça"

José Marques Carriço: "a ideia é tornar a miséria invisível o máximo possível. O poder público deveria eliminar a miséria e não os miseráveis"

até como uma exclusão racial, social e política. Esse caso do viaduto é clássico. Querem remover da entrada de Santos as pessoas carentes e de rua para dar uma impressão de uma outra cidade", afirma.

O jurista e professor Vicente Cascione é direto: "Só serve para esconder a chaga social presente nos lugares muito visíveis diante da passagem de grande número de pessoas. A Prefeitura oculta os problemas, desloca-os para outros locais e não os soluciona por absoluta falta de competência de pseudos gestores despreparados para cuidar

dos próprios umbigos. Assim age uma gestão fictícia, eleita pela grande maioria dos habitantes da Cidade".

CÂMARA.

As vereadoras Débora Camilo (Psol) e Telma de Souza (PT) não se conformam.

"É deplorável que ao invés de pensar em políticas públicas, a solução apresentada por tucanos em São Paulo e Santos, cidade que carrega o lema 'terra da caridade e da liberdade', seja colocar pedras, piorando a situação absurda de pessoas vivendo sem um teto! Uma

ação higienista, desumana e impensável para quem tem compromisso com a vida. Não é possível que a solução seja penalizar quem já está em vulnerabilidade social extrema", afirma Débora.

"É inadmissível que qualquer cidade do mundo adote práticas higienistas, sobretudo Santos, cujo lema é Liberdade e Caridade. Minha vida é pautada na construção de políticas que combatam a exclusão. Realizamos audiências públicas, inclusive com a presença do Padre Júlio Lancelotti, para ampliação do Consultório na Rua, além de uma abordagem humanizada. Tenho projeto de lei que estabelece que os empreendimentos privados tenham como contrapartida a revitalização de áreas vulneráveis", afirma Telma.

CAPITAL

Na capital paulista, o padre Júlio Lancelotti, conhecido por seu trabalho social com pessoas em situação de rua e carentes, postou em sua conta no Twitter uma foto quebrando as pedras a marretada e escreveu. "Indignação diante da opressão. Marretada nas pedras da injustiça", escreveu.

Antes da iniciativa do padre, a Administração Bruno Covas (PSDB) já havia se arrependido punindo o responsável pela iniciativa e iniciando a retirada das pedras para tentar minimizar o desgaste público da já conhecida 'arquitetura da exclusão'. (Carlos Rotton)